



**CULTURA E DESENVOLVIMENTO HUMANO NO CONTEXTO**  
**BRASILEIRO: DOS EXCLUÍDOS AOS PRIVILEGIADOS**

Diana Leia Alencar da Silva<sup>1</sup>

**Eixo Temático: Educação, Sociedade e Práticas Educativas.**

**RESUMO**

Equacionar a exclusão socioeconômica de determinados segmentos populacionais é um desafio inclusive para nações nas quais o crescimento econômico é atestado por índices como Produto Interno Bruto (PIB). Daí porque são necessárias pesquisas que buscam compreender para contribuir na reversão desse quadro. Este é o caso deste artigo, que, pautado em um estudo bibliográfico, objetiva discutir os conceitos e as articulações entre cultura e desenvolvimento humano. A revisão de literatura, fundamentou-se nos Relatórios de Desenvolvimento Humano Brasil (PNUD, 2011b), no Atlas Racial Brasileiro (PNUD, 2011a) e em autores como Geertz (1989), Ianni (2004) e Munanga (2006). Os resultados obtidos apontam que a cultura influencia o desenvolvimento humano no Brasil, o obstaculiza principalmente, por conta da hierarquização de culturas que aqui se estabeleceu.

Palavras-chave: Cultura. Desenvolvimento Humano. Exclusão socioeconômica.

**ABSTRACT**

Addressing the socioeconomic exclusion of certain population segments is a challenge even for countries where economic growth is attested by indices such as Gross Domestic Product (GDP). That is why research is needed to understand that seek to contribute to the reversal of this situation. This is the case with this article, which, based on a bibliographical study, discusses the concepts and relations between culture and human development. The literature review was based in Brazil Human Development Reports (UNDP 2011b), in Brazilian Racial Atlas (UNDP, 2011a) and authors such as Geertz (1989), Ianni (2004) and Munanga (2006). The results indicate that culture influences human development in Brazil, hampers mainly due to the hierarchy of cultures that settled here.

---

<sup>1</sup> Mestra em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social (FVC). Especialista em Educação de Jovens e Adultos (UNEB). Graduada em Pedagogia (UNEB) e em Letras (UNOPAR). Coordenadora na rede pública de ensino em Salvador (SEC/BA). Assessora pedagógica do curso de Letras (UNEB/UAB)., Experiência como docente do ensino superior e coordenadora de estágio supervisionado. Possui obras publicadas abordando temáticas como História e Cultura Afro-Brasileiras, Desenvolvimento Humano e Metodologias Qualitativas de Pesquisa. Contato: dileialencar@hotmail.com.

Keywords: Culture. Human Development. Socio-economic exclusion.

## INTRODUÇÃO

Em grande parte dos estudos referenciados na literatura acadêmica, as reflexões sobre as tendências, os conflitos e as transformações das sociedades têm envolvido aspectos relativos às culturas que coexistem dentro de uma coletividade. Considerando a pertinência dessas reflexões, este artigo tem como objetivo discutir e analisar os conceitos de Cultura, bem como a articulação entre essa e o Desenvolvimento Humano no contexto brasileiro, no intuito de entender as lógicas simbólicas que definem os que são, neste país, socioeconomicamente privilegiados ou excluídos.

Com este intuito, busca-se inicialmente conceituar cultura, procurando compreendê-la no contexto brasileiro. Seqüencialmente, discute-se sobre o significado de desenvolvimento humano como uma evolução do conceito de progresso econômico, refletindo sobre os elementos que podem fomentá-lo ou obstaculizá-lo. A esta discussão, para propiciar melhor compreensão sobre a cultura brasileira, traz-se um breve histórico sobre a formação cultural do Brasil. Nesta leitura procura-se verificar se aqui foram estabelecidos, no decorrer da história, padrões de superioridade e de inferioridade cultural.

Por fim, busca-se identificar as possíveis articulações entre cultura e desenvolvimento humano no contexto brasileiro, de modo a evidenciar não só possíveis determinantes da exclusão, mas também prováveis caminhos para o desenvolvimento humano.

## CULTURA

Entender as sociedades humanas e a diversidade de relações, tanto no plano social e econômico quanto no âmbito cultural, que se estabelecem dentro delas não é fácil. Heterogêneas, elas se organizam e reorganizam no decorrer da história, gerando diversificados conjuntos de situações que tornam cada uma singular. Nesta pluralidade de realidades, um ponto emerge como indispensável para quem se propõe a entender qualquer sociedade: a interpretação de sua cultura. Daí a abordagem da temática neste artigo.

É importante destacar que a cultura não se restringe a um simples conceito. Por se referir “[...] às vivências concretas dos sujeitos, à variabilidade de formas de conceber o

|

mundo, às particularidades e semelhanças construídas pelos seres humanos ao longo do processo histórico e social” (GOMES, 2008, p. 76), faz-se necessário, para explorar toda a sua riqueza, apreciá-la para além do conceito. Santos (2006) esclarece que etimologicamente, a palavra cultura refere-se ao verbo *colere* que significa cultivar e seu significado original está ligado às atividades agrícolas. Chauí (1989) explica que, por semelhança, o termo foi empregado para outros tipos de cuidados, como o cuidado com a criança ou puericultura, o cuidado com os deuses, cultos etc. Nesse sentido, cultura designava zelo com tudo o que se relacionasse ao ser humano, quer fosse material ou não, e, para sua manutenção, era preciso a preservação da memória e a transmissão de como deveria se processar esse cuidado.

Segundo Santos (2006) foram os pensadores romanos que ampliaram o sentido da palavra cultura e passaram a usá-la como sinônimo de refinamento e sofisticação pessoal. Essa acepção se popularizou nas sociedades ocidentais, e hoje costuma ser associada à aquisição de conhecimentos e práticas de vida reconhecidas como melhores, superiores.

O que se percebe é que a palavra cultura assume um universo de significados. Neste, um em especial interessa ao presente artigo: o que concebe e analisa a cultura como teias de significados, que envolvem o ser humano e que por ele mesmo foram tecidas. Ela é feita de valores e crenças, de códigos morais e hábitos que são socialmente construídos, transmitidos e aprendidos por meio de signos e símbolos. A cultura surge, assim, como o significado de um sistema simbólico formado pelo intercâmbio entre os indivíduos e entre esses e a comunidade (GEERTZ, 1989). Concebida desta forma, cultura é inegavelmente processo, uma vez que define a ação contínua do ser humano no meio em que se insere, e ao mesmo tempo produto, tendo em vista que é também um legado ancestral, perpetuado em espaços educativos.

Por volta do início do século XIX, com o advento do Iluminismo, fortaleceu-se a idéia de cultura popular, em oposição à cultura erudita. Padrões passaram a definir o que vinha a ser civilizado e harmônico, em uma verdade singular. Fomentada pelos interesses da classe dominante, por essa divisão, o acesso ao conhecimento erudito é dado somente aos já favorecidos, cujo saber assume status de superioridade em relação ao conhecimento nascido no meio do povo, agora considerado inferior e atrasado (GOMES, 2008).

Consolida-se, assim, a idéia da população que não tem o poder de mando como inculta, desprovida da capacidade de pensar profundamente sua realidade sob uma perspectiva mais racional. Neste sentido é fortalecida ao mesmo tempo a idéia de “[...] um padrão cultural único, que era ao mesmo tempo branco, machista, de forte conotação judaico-cristã, eurocêntrico e, é claro, de preferência germânico” (VEIGA NETO, 2008, p.10). Essa idéia, segundo Santos (2006), surgida no contexto europeu, posteriormente ocorre em outras

sociedades, a exemplo da brasileira. Hoje, nos meios acadêmicos, a visão de cultura que predomina reconhece a diversidade como ponto de destaque em qualquer grupo social. De acordo com Veiga Neto (2008, p. 11), é evidenciada a necessidade de se falar na atualidade em padrões culturais e não em padrão cultural, em culturas e não em cultura:

[...] é preciso lembrar que se trata de um deslocamento que se manifesta numa dimensão teórica, intelectual, mas que não se reduz a uma questão – nem somente, nem mesmo preferencialmente – epistemológica. Muito mais do que isso, tal deslocamento é inseparável de uma dimensão política em que atuam forças poderosas em busca pela imposição de significados e pela dominação material e simbólica.

Assim considerando, emerge o entendimento de cultura não como uma única agregação de valores, crenças e aprendizados a serem compartilhados, mas sim como múltiplos conjuntos destes, todos inter-relacionados, cada um com igual importância para o grupo em que se insere. Desta forma, não há como classificá-los hierarquicamente ou pensar cada um isoladamente. Tomando aqui a analogia de Geertz (1989), ao se conceber cada cultura como o fio de uma teia, evidencia-se que esses, por se encontrarem interligados, se relacionam, influenciando-se mutuamente. É essa cultura que, ao escolher os que serão privilegiados socioeconomicamente em cada sociedade, continua a definir o lugar dos excluídos, considerando, para tal, as características étnicas, sociais, religiosas e até mesmo físicas, como é o caso das pessoas com necessidades especiais.

Evidencia-se, assim, a necessidade de se discutir e pensar cultura para além dos muros acadêmicos. Se, como bem observou Geertz (1989), a cultura que envolve o Ser Humano foi por ele socialmente construída, os equívocos historicamente alicerçados nos valores, crenças, códigos morais e hábitos percebidos nessa construção e que vem resultando na exclusão socioeconômica dos considerados “diferentes” pelo grupo que têm o poder, necessitam por ele mesmo serem desconstruídos, na convivência com os demais. Certamente assim a sociedade estará caminhando para edificar uma realidade mais democrática, plural e humana, capaz de não só reconhecer e valorizar as múltiplas culturas, mas, sobretudo, de perceber as possibilidades para o Desenvolvimento Humano que o diálogo entre estas pode possibilitar.

DESENVOLVIMENTO HUMANO

Após a Segunda Guerra mundial, período que se verifica um expressivo desenvolvimento tecnológico para a humanidade, a preocupação com a qualidade de vida no planeta emergiu significativamente. Isso porque se verificou que o crescimento econômico, possibilitado pelo advento de novas tecnologias, não vinha se traduzindo na melhoria das condições da vida humana no planeta. Desta constatação emergiram os fundamentos das idéias sobre Desenvolvimento Humano fosse priorizado (VEIGA, 2006).

De acordo com Sen (2000), Desenvolvimento Humano é um processo, cujo protagonista é o próprio ser humano, que o permite ampliar paulatinamente suas escolhas e possibilidades, consideradas infinitas e mutáveis ao longo do tempo. Assim posto, pensar em Desenvolvimento Humano implica, pois, em se compreender que as possibilidades evolutivas do ser humano, quer seja em termos culturais, sociais, econômicos ou de inter-relações com as pessoas e com o meio em que esse se insere, são infinitas e mutáveis. Além disso, implica também em se considerar que o ser humano, simultaneamente, interage com outros sujeitos em variadas dimensões da vida, sendo necessário, por conta disso, considerar os fatores sociais, econômicos, demográficos, políticos e ambientais que caracterizam essas situações. Assim considerando, Veiga (2006, p. 24) reflete que:

As pessoas são a verdadeira riqueza das nações. Na verdade, o objetivo básico do desenvolvimento é alargar as liberdades humanas. O processo de desenvolvimento pode expandir as capacidades humanas, ampliando as escolhas que as pessoas têm para viver vidas plenas e criativas. E as pessoas são tão beneficiárias desse desenvolvimento quanto agentes do processo e da mudança que provocam. Esse processo deve beneficiar todos os indivíduos equitativamente e basear-se na participação de cada um deles.

A reflexão de Veiga (2006), que coaduna com os pressupostos defendidos nos Relatórios de Desenvolvimento Humano do PNUD (2008a, 2008b), evidencia que a ampliação das capacidades humanas, objetivo do desenvolvimento humano, traz como pré-requisito outro aspecto: a expansão da liberdade substantiva do ser, ou seja, a ampliação do leque de escolhas e de oportunidades que possibilitam ao ser humano, com liberdade e autonomia, exercer sua condição de sujeito (SEN, 2000).

Aí está implícita a necessidade de se ter em mente a visão de liberdade “[...] orientada para o agente”, pois “[...] com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar o seu próprio destino” (SEN, 2000, p.26). São estas oportunidades que verdadeiramente, de acordo com Sen (2000), permitirão ao ser humano transformar os recursos em realizações, de modo a suprir suas necessidades, desde as mais

elementares, como estar bem nutrido, escapar da morbidade, etc., até as mais complexas, como possuir auto-respeito e tomar parte da vida em comunidade, dentre outras.

Tomar a liberdade como fim e meio para desenvolvimento implica em se envidar esforços para extirpar toda e qualquer fonte de privação ao ser humano, a exemplo da carência de oportunidades econômicas, fruto da negligência dos serviços públicos e da intolerância ou interferência excessiva de Estados. Demanda ainda o entendimento de que a liberdade se concretiza de diferentes formas, todas interligadas, pois como afirma Sen (2000, p. 26):

[...] precisamos entender a notável relação que vincula umas às outras, liberdades diferentes. Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar a abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras.

Avaliar o nível ou mesmo a evolução do desenvolvimento humano não é fácil, como pode ser percebido, entretanto algumas iniciativas existem. Em 1993, com esse intuito, o PNUD passou a utilizar em seu relatório anual um importante instrumento de análise — O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ainda hoje usado (PNUD, 2008a).

No cálculo do IDH três aspectos são considerados, todos com igual importância: a longevidade, a educação e o padrão de vida. Para o cálculo da longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer; a educação é avaliada pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino; quanto ao padrão de vida, esse é auferido depois da correção do PIB pelo poder de compra da moeda de cada país, sendo mensurada pelo PIB *per capita*, em dólar (PNUD, 2008b).

Sob a ótica do IDH, um país tem alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) quando oferece as condições necessárias — econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais — para que todos os indivíduos desenvolvam suas potencialidades e tenham garantidos os direitos plenos de sua cidadania. Assim considerando, busca, ao se medir comparativamente a pobreza, alfabetização e a esperança de vida em diversos países do mundo, possibilitar uma importante ferramenta para o combate a pobreza, o analfabetismo e a falta de acesso aos mecanismos de preservação da saúde, dentre outros, por todo o mundo .

Embora represente uma evolução com relação a outros indicadores que medem o desenvolvimento nas sociedades, a exemplo do PIB, Sen (2000) destaca que o IDH é uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano, não abrangendo todos os seus aspectos.

Desta forma, a despeito de não se negar a importância de se ter uma vida longa e com saúde, adquirir conhecimentos e ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida decente, condições consideradas no cálculo do IDH, é importante ressaltar que outros fatores podem obstaculizar a ampliação da liberdade, fim e meio do desenvolvimento humano, conforme enfatiza Sen (2000). Este é o caso, conforme evidencia Geertz (1989), do silêncio ou deturpação imposto pela história às várias culturas, que cerceiam ou enfraquecem as constituições identitárias de muitos e determinam a maneira da sociedade pensar, sentir e agir em relação a esses, quase sempre carregados por preconceitos e discriminações.

Assim considerando, emerge como necessário, em se tratando de desenvolvimento humano, efetivar ações que resultem também na liberdade do sujeito de conhecer e professar sua própria cultura, ainda que para tal seja necessário corrigir os equívocos e recontar a história até então aprendida, necessidade que se verifica no Brasil, conforme pode se verificar a seguir.

#### PRÓLOGO DE UMA HISTÓRIA: A FORMAÇÃO SOCIAL DO BRASIL

A história do Brasil oficializada nos livros didáticos até então é iniciada com a chegada dos portugueses, em 1500, a essas terras. Esses registros, ainda que ditados por uma visão eurocêntrica de mundo, permitem ao leitor mais atento perceber que se trata de uma história caracterizada por tentativas de domínio e subjugação (FLORENTINO; MACHADO; 2003; FREITAS, 2002).

Contada inicialmente pelos portugueses, a história divulgada falava do "descobrimento" do Brasil como uma obra da casualidade. De acordo com Abreu (2000) a tese do descobrimento do Brasil sustentada pelos portugueses é questionável, uma vez que há documentos históricos diversos que evidenciam a possibilidade da chegada de estrangeiros a essas terras em período anterior à expedição de Cabral.

Longe de querer discorrer sobre a real intencionalidade ou casualidade da viagem que ocasionou a chegada dos portugueses no Brasil, o que aqui se busca é evidenciar que nessas discussões uma questão maior parece ocupar um papel de pouco destaque: a terra que os portugueses “descobriram” há cinco séculos era habitada por uma população numericamente expressiva, denominada por estes de índios. A despeito de senhores da terra, suas vozes pouco ecoaram no contar desta história, inclusive sobre o processo de escravização a que foram submetidos para a exploração, pelos portugueses, do pau-brasil e depois das lavouras de cana-de-açúcar (FREITAS, 2002).

A migração do português para as terras brasileiras foi nefasta para a população nativa. Caracterizada pelo uso da força, pela expropriação das terras, pela escravização da força de trabalho e por brutais políticas que visavam à assimilação da cultura e do próprio índio à nova sociedade implantada, a chegada dos portugueses resultou no desaparecimento de um expressivo número de habitantes e de sociedades indígenas inteiras (FLORENTINO; MACHADO, 2003; FREITAS, 2002).

É importante ressaltar que processo de escravização dos índios no Brasil não logrou êxito, pois esbarrou em dois fatores: de um lado, o número de escravizados não atendia à necessidade de mão de obra requerida nos engenhos de cana-de-açúcar e do outro, o tráfico de pessoas negras do norte da África para outras partes do mundo vinha se constituindo em uma fabulosa fonte de lucro. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006; FURTADO, 1999). Assim, por volta da metade do século XVI, outra população começou a chegar ao Brasil: eram os africanos, trazidos à força na condição de escravizados, para atender às necessidades crescentes de mão de obra da então colônia de Portugal (FREITAS, 2002).

Iani (2004) afirma que entre os séculos XVI e XIX, cerca de quatro milhões de africanos desembarcaram em portos brasileiros. Considerando o processo violento de captura desses e as péssimas condições que eram sujeitados durante a travessia, que causava a morte de muitos no decorrer da viagem, é possível deduzir que o número dos vitimados pelo processo de escravização foi bem maior. Como se não bastasse, a necessidade de renovação desta população pela captura de mais africanos era constante, pois os maus tratos e o tratamento impostos aos que conseguiam sobreviver à captura e à travessia elevava o índice de mortalidade e diminuía a expectativa de vida destes, conforme afirma Furtado (1999, p. 141):

O primeiro censo demográfico, realizado em 1872, indica que nesse ano existia no Brasil aproximadamente 1,5 milhão de escravos. Tendo em conta que o número de escravos, no começo do século, era de algo mais de um milhão, e que nos primeiros anos do século XIX se importou muito, provavelmente mais de meio milhão, deduz-se que a taxa de mortalidade era superior à de natalidade.

Desta forma, é possível perceber o quão desumano foi a exploração da população negra nas terras brasileiras, durante século de escravidão. A despeito disso e do imensurável legado cultural e econômico recebido dos africanos, a voz dos negros, como ocorreu com os indígenas, foi silenciada no contar da História do Brasil (HERNANDEZ, 2005; ORTIZ, 1994). Sobre o passado das sociedades africanas pouco se sabe. Desconhece-se, por exemplo, a história de impérios poderosos a exemplo do Mali, de seus reinos bem consolidados como

foi o caso do Kongo, ancestralmente importante para os afro-brasileiros. Além disso, até mesmo sobre as experiências dos africanos para aqui trazidos, bem como a de seus descendentes, principalmente no que tange a seu legado e as formas de resistência, bem pouco registram até agora os livros didáticos (HERNANDEZ, 2005).

Ianni (2004) explica que prevaleceu no Brasil uma doutrina de inferiorização do índio e do negro, cujo objetivo era manter o *status quo* da classe dominante, e que desempenhou uma função de vital importância na preservação das estruturas de dominação. No caso do índio, a imprecisão jurídica que caracterizava sua condição de cidadão operava em “[...] benefício dos que dominam as organizações e os instrumentos de mando” (IANNI, 2004, p. 295). Quanto à situação do negro, essa seria fruto, em grande parte, de acordo com esse autor, do padrão instituído e aceito como justo e natural, que ditava tratamento social desigual para brancos e negros no Brasil.

Desvelada a história, retirado o manto de romantismo do discurso proferido por quem tinha o poder de mando, resta ao Brasil um início sacramentado em um regime de usurpação e de escravidão de povos cuja história bem pouco é estudada, a despeito de terem feito também a história deste país. Ora, se a formação do povo brasileiro é caracterizada pela multiplicidade étnica, vozes diferentes precisam ser ouvidas para que a beleza ética e estética que caracteriza a diversidade, realmente apareça.

Decerto é também que ao evidenciar a diversidade, muitas das desigualdades, racismos e preconceitos se revelarão. Todavia é esse, sem dúvida, um importante passo para reduzir e quiçá abolir as diferenças sociais, políticas, econômicas e culturais que o discurso da hegemonia esconde, a exemplo do que ocorre no Brasil, conforme se percebe a seguir.

## CULTURA E DESENVOLVIMENTO HUMANO NO CONTEXTO BRASILEIRO

A palavra que parece bem definir o atual momento da sociedade brasileira é contraste: enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) localiza o Brasil como a 11ª maior economia do mundo (SPITZ, 2007), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) o situa na 69ª posição numa lista de 177 países (PUND, 2008b), revelando que aqui o crescimento das riquezas beneficia tão somente a uns poucos eleitos em detrimento à miséria da maioria. Nesse universo, outro documento também elaborado pelo PNUD — o Atlas Racial Brasileiro — atesta que é a população negra é mais vitimada pela exclusão: há aqui, de acordo com o Atlas, uma preocupante desigualdade entre a qualidade de vida, traduzida em acesso aos

mecanismos de preservação da saúde, educação e expectativa de vida, dentre outros, entre os declarados brancos e negros.

Compreender as peculiaridades da sociedade na qual tal realidade se concretiza com vistas a reverter positivamente os mecanismos que originam a exclusão é, pois, fundamental. Para Ianni (2004) essa compreensão, no caso do Brasil, passa necessariamente, pela questão racial. Nesse sentido, os números apresentados pelo *Atlas Racial* (PNUD, 2008a) e o estudo sobre a formação da sociedade brasileira evidenciam a pertinência da reflexão desse autor. Por outro lado, tendo em vista que é a cultura considerada superior que continua a definir o lugar dos excluídos, com base nas características étnicas, sociais, religiosas e até mesmo físicas emerge como necessário analisar essas peculiaridades, principalmente no que tange ao desenvolvimento humano, também com base na cultura.

Em se tratando de cultura, um olhar sobre a história do Brasil permite deduzir que aqui a cultura da classe dominante sempre teve a primazia: foi a cultura do português, que prevaleceu tanto nas primeiras instituições de ensino, personificada na figura dos padres jesuítas, como nas que a estas seguiram, em detrimento à cultura nativa — a indígena — e, posteriormente à cultura dos povos trazidos à força para o Brasil — os africanos (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006; FURTADO, 1999; MUNANGA; GOMES, 2003). Essa sobreposição fortaleceu-se em conclusões sobre a formação do povo brasileiro, entre o final do século XIX e início do século XX, de estudiosos diversos. Essas teorias, de acordo com Ianni (2004), a despeito de destacarem que o povo brasileiro tinha se originado no cruzamento de três raças, colocava o europeu em primeiro plano, atribuindo-lhe características psicológicas, morais e culturais superiores. Esse entendimento permite a Ianni (2004, p. 339, grifo nosso) afirmar: “[...] por meio de uma *taxionomia inocente*, constroem-se os elos de uma estrutura na qual são distribuídos os puros e impuros, civilizados e bárbaros, históricos não históricos.” Por essa “escala” também os mestiços foram classificados, sendo considerados superiores aqueles em que predominavam traços do branco europeu.

De acordo com Moura (1992), a despeito das desigualdades sempre presentes, por volta de 1920, tendo por bandeira a cultura, reforçaram-se entre políticos e intelectuais brasileiros idéias que caracterizam o Brasil como racialmente democrático. Essas opiniões, com isso, ganharam nas décadas seguintes vários adeptos, passando a celebrar uma convivência cultural e racial supostamente harmônica, resultante da comunhão de costumes, religião, raça e histórias herdadas de africanos, europeus e índios.

Ao longo do período de 1930 e 1940 as idéias de mestiçagem e de democracia racial se fortaleceram. Coadunando com o entusiasmo nacionalista do governo Vargas, essas idéias foram entrelaçadas incorporando paulatinamente samba, capoeira e candomblé como símbolos de nacionalidade e da síntese cultural do Brasil (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006). Em se tratando de inclusão socioeconômica, todavia, poucos reflexos positivos são percebidos efetivamente para negros e índios nessas idéias, pois o que se verifica é que elas apenas ressaltavam o que estes deveriam ser, determinando seus lugares na sociedade: o índio, o bom silvícola; o negro, o ser folclórico (IANNI, 2004).

Revisando a formação cultural do Brasil o que se percebe é que o legado indígena e africano foi determinante para a cultura dos brasileiros. Quer seja na língua, na arte, na religião, na dança, na alimentação ou na música essa ancestralidade, ainda que pouco valorizada, se faz notar. No caso do negro, como se não bastasse, as repressões às manifestações culturais, embora não mais legais, ainda hoje são percebidas, como bem exemplifica Albuquerque e Fraga Filho (2006): se antes a proibição do culto aos orixás era fundamentada em leis, várias comunidades hoje ainda enfrentam perseguições de vizinhos e praticantes de outros cultos religiosos; se outrora a capoeira, para existir, necessitou se disfarçar em brincadeira ou jogo, hoje bem mais se destaca como manifestação folclórica do que como esporte.

A. Lima (2005), ao refletir sobre a questão do legado cultural africano para os brasileiros, afirma que este ainda é constantemente folclorizado e distorcido, quando não se tenta negá-lo ou invisibilizá-lo:

Os nossos antepassados são apresentados como seres que não tiveram nenhuma participação no processo histórico e civilizatório brasileiro ou, quando não apresentados de forma caricaturada, seja através do folclore ou nos aspectos lúdicos da chamada brasilidade [...] Sua participação é reduzida ao samba, futebol, capoeira, vatapá, caruru e ao acarajé. A África é apresentada quase sempre como um país, por vezes como uma cidade, ou ainda como a terra dos macacos, da barbárie, dos safáris e dos escravos incivilizados, que vivem numa imensa selva [...] Não é de se estranhar que as datas reservadas pelo calendário escolar, para se falar de cultura negra, sejam o 13 de maio ou o dia do Folclore. (LIMA, A. 2005, p. 2).

As conseqüências das distorções, folclorização e até mesmo de negação que caracterizam a visão do legado africano e sua influência na cultura brasileira denunciadas por A. Lima (2005), são, de acordo com Munanga e Gomes (2006), nefastas. Isto porque, para esses estudiosos, essa, além de influir negativamente na vida dos afro-brasileiros de diferentes

formas, “[...] têm efeitos na construção da auto-estima e da identidade tanto das pessoas negras como das brancas” (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 58).

Reis (2003) ressalta que, na verdade, os negros brasileiros jamais aceitaram passivamente as tentativas de repressão. É importante assim destacar, porque, de acordo com esse autor, por muito perdurou no imaginário do brasileiro a crença que esses seus antepassados sofreram passivamente a escravização. Ratificando as afirmações de Reis (2003), Munanga e Gomes (2006) explicam que as formas de resistência negra foram e são diversas no Brasil. Iniciadas com a formação dos Quilombos, de acordo com esses autores, essas ações foram fortalecidas em movimentos diversos como a Revolta dos Malês, a Revolta dos Alfaiates e a Guerra das Balaiadas.

Para A. Santos (2005) e Mattos (2007), foi, todavia, no plano cultural que a luta dos negros se fez sentir mais forte. Ao resistirem por meio da arte, da religião, do estilo de vida, dentre tantos outros aspectos, o negro brasileiro conseguiu modelar muito da cultura e da própria identidade brasileira. Infelizmente, de acordo com Ianni (2004), a despeito disso e de toda diversidade que caracteriza o Brasil, somente uma única cultura determinou as regras e padrões que definiram a forma de sentir, pensar e agir em relação aos diversos grupos que compõem a sociedade. Assim acontecendo, sentidos e conceitos, associados aos interesses do discurso dominante, alicerçaram e mantiveram práticas que legitimaram a exclusão e subordinação socioeconômica de muitos, pautada nas diferenças fisionômicas ou culturais. Nesse sentido Gomes (2008, p. 23), alerta que:

[...] negros e brancos são iguais do ponto de vista genético, porém discuto que, ao longo da experiência histórica, social e cultural, a diferença entre ambos foi construída, pela cultura, como uma forma de classificação do humano. No entanto, no contexto das relações de poder e dominação, essas diferenças foram transformadas em formas de hierarquizar indivíduos, grupos e povos. As propriedades biológicas foram capturadas pela cultura e por ela transformadas. Esse processo, que também acontece com o sexo e a idade, apresenta variações de uma sociedade para outra. No caso do negro brasileiro, a classificação e a hierarquização racial hoje existentes, construídas na efervescência das relações sociais e no contexto da escravidão e do racismo, passaram a regular as relações entre negros e brancos como mais uma lógica desenvolvida no interior da nossa sociedade. Uma vez constituídas, são introjetadas nos indivíduos negros e brancos pela cultura.

Face à reflexão de Gomes (2008) e ao exposto no presente texto, verifica-se que foi instituída no Brasil, a partir do período escravista, uma hierarquização das culturas que moldou a chamada cultura brasileira, ainda vigente no imaginário da maioria. Nesta escala, foi atribuída à cultura legada pelos africanos e pelos nativos da terra uma posição de pouco valia, a despeito de terem moldado em grande parte a identidade brasileira. Mais ainda:

edificou-se, no caso do negro, com base nesta hierarquização, uma imagem tão negativa deste que ainda hoje, além de alimentar o racismo e a discriminação, parece determinar, de acordo com os índices, sua exclusão socioeconômica. Esta exclusão vai, desde a restrição do acesso a benefícios essenciais, a exemplo de educação, trabalho, saneamento e boa alimentação ao cerceamento, no plano concreto, de sua participação crítica e reflexiva nas decisões políticas e sociais da sociedade em que se insere.

Considerando que é a liberdade “[...] central para o processo de desenvolvimento” (SEN, 2000, p. 18) evidencia-se que o desenvolvimento humano no Brasil foi e ainda é influenciado pela hierarquização das culturas que aqui se instituiu, infelizmente, de forma negativa. Isto porque essa hierarquização, não somente impede que muitos brasileiros construam com base em sua cultura, uma concepção positiva de si, obrigando-os a tomar, no caso dos negros, os brancos como modelo de identidade (SOUZA, N., 1983); ela também contribui para obstaculizar o acesso destes às oportunidades que possibilitam as condições habilitadoras econômicas, políticas e sociais básicas para expansão e usufruto das liberdades reais, objetivo do desenvolvimento humano.

Desta forma posto, conclui-se que a chave para o desenvolvimento humano parece estar na concretização da liberdade. Esta, por sua vez, possibilitaria ao indivíduo transformar os recursos em realizações, de modo a suprir desde suas necessidades básicas até as mais complexas. Assim considerando, emerge como necessário efetivar ações que resultem no fortalecimento da identidade deste ser, para que esse se perceba e se constitua como sujeito de sua própria história.

Por outro lado, considerando que, segundo Hall (2003), o ser humano se enuncia sempre a partir de algum lugar e por este ponto é também localizado, pode-se inferir que fortalecer uma identidade que se caracterize também como negra no Brasil não é fácil. Isto porque as conseqüências psicosociais por séculos de deturpações, preconceitos e racismo redundam na não-aceitação do brasileiro desta sua ancestralidade, aí incluídos muitas vezes aqueles que pelos traços fenotípicos são identificados pelos outros e não por si, como negros. Desta forma emerge como necessário desvelar a real visão que a sociedade brasileira tem do negro, no intuito de desconstruí-la, tanto pelo discurso quanto pelas ações.

Nesse caminho, como evidenciado por Ianni (2004), torna-se imprescindível desfazer o mito da democracia racial presente na ideologia dominante e também cantada pelos poetas no Brasil, tendo em vista que a contradição entre esse discurso e os estudos sobre a questão é evidente.

Assim considerando, o Brasil muito tem a caminhar para equacionar de forma mais equânime os lados da balança que determina a qualidade de vida de seus cidadãos. Nesse sentido, emerge a necessidade de se concretizar ações, em especial de políticas públicas para dar voz a uma história, como destacado por Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 10), “[...] que eduque a sociedade brasileira para abraçar a causa da igualdade de oportunidades para todos”, aí incluídos os índios, ainda vítimas do preconceito, e os negros, mazeados pela discriminação.

Essas ações implicam na positivação também das demais culturas que formaram a cultura brasileira — algo só então feito com a portuguesa — até porque ao se partir do pressuposto de que é este hoje um país miscigenado, conclui-se que muitas delas estão em cada brasileiro. Neste contexto, tendo em vista os equívocos detectados, cabe ao brasileiro reaprender a história de seu país, sua própria história, de modo a aprender e apreender o verdadeiro legado cultural deixado por seus ancestrais.

Refletindo sobre o atual momento, B. Santos (2007, p. 19) vislumbra um caminho para tal aprendizado. Para esse teórico, uma possibilidade seria pensar “[...] outra forma de construir ciência e construir conhecimento [...]”, na qual não somente os intelectuais e cientistas tenham direito à voz, mas, sobretudo, os sujeitos sociais “[...] se expressem por si mesmos: quais são as suas lutas, quais são seus conhecimentos e os conhecimentos que têm sobre o mundo [...]”

Considerando, como visto no presente artigo, que são os segmentos historicamente silenciados que foram e são excluídos socialmente, economicamente e culturalmente, emerge a necessidade de se edificar no Brasil uma sociedade que considere e respeite a multiplicidade cultural e a pluralidade étnica. Certamente assim se estará cooperando para edificar o caminho que vai permitir a expressão das vozes até então silenciadas na sociedade brasileira, favorecendo o desenvolvimento de sujeitos capazes de ampliar suas próprias potencialidades, e isso não só pelo autoconhecimento, mas também da aceitação do outro.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos da história colonial: 1500-1800**. 7. ed. ver., anot. e pref. por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de ; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

CHARTIER, Roger. Cultura Popular - revisando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.8, n. 16, p. 179-192, 1995.

CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 8. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1972.

FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda (Org.). **Ensaio sobre a escravidão**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

FREITAS, Décio. Escravidão e Mercantilismo. In: MIRANDA, Manoel da Costa. **A cidadania no Brasil**: o índio, e o escravo negro. Brasília: Senado Federal, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. 47. ed. São Paulo: Global, 2003.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1999.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. São Paulo: LTC, 1989.

GOMES, Nilma Lino. Cultura Negra e Educação. **Revista Brasileira de Educação**. n. 23, p. 75-85, maio/jun./jul./ago.2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>> Acesso em: 4 jan. 2008.

HALL, Stuart. A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade. In: SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Trad. Adelaine La guardia Resende. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HERNANDEZ, Leila Leite. **África na sala de aula**: visita à história contemporânea. São Paulo: Ed. Selo Negro Edições, 2005.

IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LIMA, Antonio Cosme Onawale. **História e Cultura do negro no currículo**. Salvador: SMEC, 2005.

MOURA, Clovis. **História do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1992.

MUNANGA, GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje**: história, realidades, problemas e caminhos. São Paulo: Global, Ação Educativa, 2006.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Brasil. **Atlas Racial Brasileiro**. Brasília, 2005. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/publicacoes/atlas\\_racial/index.php](http://www.pnud.org.br/publicacoes/atlas_racial/index.php)> Acesso em: 5 mar. 2011a.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Desenvolvimento Humano Brasil 2007/2008**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh/>>. Acesso em: 30 mar. 2011b.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento humano com liberdade**. Trad. Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VEIGA, José Eli. **Meio ambiente & desenvolvimento**. São Paulo: SENAC, 2006.

VEIGA NETO, Alfredo. Cultura, culturas e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 5-11, maio/jun./jul./ago. 2003. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a01.pdf>>, Acesso em: 4 jan. 2008.